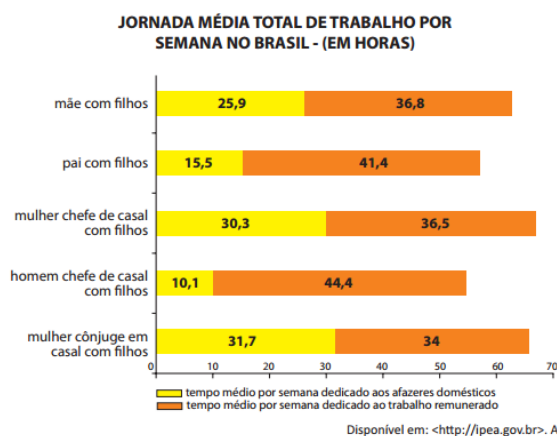


QUINTO PERÍODO

Conhecimentos gerais

1. As mulheres frequentam mais os bancos escolares que os homens, dividem seu tempo entre o trabalho e os cuidados com a casa, geram renda familiar, porém continuam ganhando menos e trabalhando mais que os homens.

As políticas de benefícios implementadas por empresas preocupadas em facilitar a vida das funcionárias que têm criança pequena em casa já estão chegando ao Brasil. Acordos de horários flexíveis, programas como o auxílio-creche, auxílio-babá e auxílio-alimentação são alguns dos benefícios oferecidos. (Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br>>)



Considerando o texto e o gráfico, avalie as informações a seguir.

I - O somatório do tempo dedicado pelas mulheres aos afazeres domésticos e ao trabalho remunerado é superior ao dedicado pelos homens, independentemente do formato da família.

II - O fragmento de texto e os dados do gráfico apontam para a necessidade de criação de políticas que promovam a igualdade entre os gêneros no que concerne, por exemplo, ao tempo médio dedicado ao trabalho e remuneração recebida.

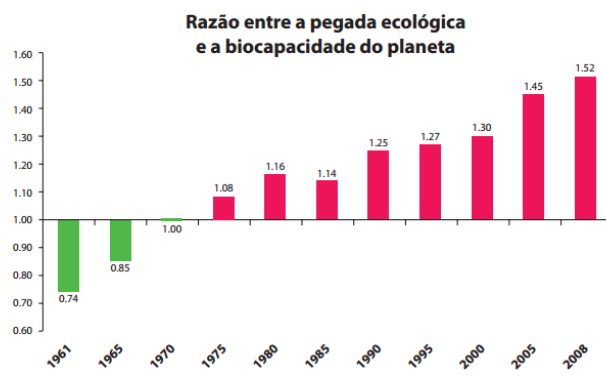
III - No fragmento de reportagem apresentado, ressalta-se a diferença entre o tempo dedicado por mulheres e homens ao trabalho remunerado, sem alusão aos afazeres domésticos.

É correto o que se afirma em:

- A) I, apenas.
 B) III, apenas.
 C) I e II, apenas.
 D) II e III, apenas.

2. Pegada ecológica é um indicador que estima a demanda ou a exigência humana sobre o meio ambiente, considerando-se o nível de atividade para atender ao padrão de consumo atual (com a tecnologia atual). É, de certa forma, uma maneira de medir o fluxo de ativos ambientais que necessitamos para sustentar nosso padrão de consumo. Esse indicador é medido em hectare global, medida de

área equivalente a 10 000 m². Na medida hectare global, são consideradas apenas as áreas produtivas do planeta. A biocapacidade do planeta, indicador que reflete a regeneração (natural) do meio ambiente, é medida também em hectare global. Uma razão entre pegada ecológica e biocapacidade do planeta igual a 1 indica que a exigência humana sobre os recursos do meio ambiente é a reposta na sua totalidade pelo planeta, devido à capacidade natural de regeneração. Se for maior que 1, a razão indica que a demanda humana é superior à capacidade do planeta de se recuperar e, se for inferior a 1, indica que o planeta se recupera mais rapidamente.



Disponível em: <<http://financasfaceis.wordpress.com>>. Acesso em: 10 ago. 2014.

O aumento da razão entre a pegada ecológica e a biocapacidade representado no gráfico evidencia

- A) Redução das áreas de plantio do planeta para valores inferiores a 10.000 m² devido ao padrão de consumo de produtos agrícolas.
 B) Aumento gradual da capacidade natural de regeneração do planeta em relação às exigências humanas.
 C) Reposição dos recursos naturais pelo planeta em sua totalidade frente às exigências humanas
 D) Tendência a desequilíbrio gradual e contínuo da sustentabilidade do planeta.

3. O quadro a seguir apresenta a proporção (%) de trabalhadores por faixa de tempo gasto no deslocamento casa-trabalho, no Brasil e em três cidades brasileiras.

Tempo de deslocamento	Brasil	Rio de Janeiro	São Paulo	Curitiba
Até cinco minutos	12,70	5,80	5,10	7,80
De seis minutos até meia hora	52,20	32,10	31,60	45,80
Mais de meia hora até uma hora	23,60	33,50	34,60	32,40
Mais de uma hora até duas horas	9,80	23,20	23,30	12,90
Mais de duas horas	1,80	5,50	5,30	1,20

CENSO 2010/IBGE (adaptado).

Com base nos dados apresentados e considerando a distribuição da população trabalhadora nas cidades e

as políticas públicas direcionadas à mobilidade urbana, avalie as afirmações a seguir.

I - A distribuição das pessoas por faixa de tempo de deslocamento casa-trabalho na região metropolitana do Rio de Janeiro é próxima à que se verifica em São Paulo, mas não em Curitiba e na média brasileira.

II - Nas metrópoles, em geral, a maioria dos postos de trabalho está localizada nas áreas urbanas centrais, e as residências da população de baixa renda estão concentradas em áreas irregulares ou na periferia, o que aumenta o tempo gasto por esta população no deslocamento casa-trabalho e o custo do transporte.

III - As políticas públicas referentes a transportes urbanos, como, por exemplo, o Bilhete Único e Veículo Leve sobre Trilhos (VLT), ao serem implementadas, contribuem para redução do tempo gasto no deslocamento casa-trabalho e do custo do transporte.

É correto o que se afirma em:

- A) I, apenas.
- B) III, apenas.
- C) I e II apenas.
- D) I, II e III.

4. O trecho da música "Nos bailes da vida", de Milton Nascimento, "todo artista tem de ir aonde o povo está", é antigo, e a música, de tão tocada, acabou por se tornar um estereótipo de tocadores de violões e de rodas de amigos em Visconde de Mauá, nos anos 1970. EM tempos digitais, porém, ela ficou mais atual do que nunca. É fácil entender o porquê: antigamente, quando a informação se concentrava em centros de exposição, veículos de comunicação, editoras, museus e gravadoras, era preciso passar por uma série de curadores, para garantir a publicação de um artigo ou livro, a gravação de um disco ou a produção de uma exposição. O mesmo funil, que poderia ser injusto e deixar grandes talentos de fora, simplesmente porque não tinham acesso às ferramentas, às pessoas, ou às fontes de informação, também servia como filtro de qualidade. Tocar violão ou encenar uma peça de teatro em um grande auditório costumava ter um peso muito maior do que fazê-lo em um bar, um centro cultural ou uma calçada. Nas raras ocasiões em que esse valor se invertia, era justamente porque, para uso do espaço "alternativo", havia mecanismos de seleção tão ou mais rígidos que os do espaço oficial. (RADFAHRER, L. Todo artista tem de ir aonde o povo está. In: Itaú Cultural).

A partir do texto acima, avalie as asserções a seguir e a relação proposta entre elas.

I - O processo de evolução tecnológica da atualidade democratiza a produção e a divulgação de obras artísticas, reduzindo a importância que os centros de exposição tinham nos anos 1970.

PORQUE

II - As novas tecnologia possibilitam que artistas sejam independentes, montem seus próprios ambientes de produção e disponibilizem seus

trabalhos, de forma simples, para um grande número de pessoas.

A respeito dessas asserções, assinale a opção correta.

- A) as asserções I e II são proposições verdadeiras, e a II é uma justificativa correta da I.
- B) as asserções I e II são proposições verdadeiras, mas a II não é uma justificativa correta da I.
- C) a asserção I é uma proposição verdadeira, e a II é uma proposição falsa.
- D) a asserção I é uma proposição falsa, e a II é uma proposição verdadeira.

5. O ciclo da política pública pode ser interpretado da seguinte forma: 1) percepção e definição de problemas; 2) agenda-setting (inserção ou exclusão do tema da pauta); 3) elaboração de programas e decisão; 4) implementação de políticas; e 5) avaliação de políticas e eventual correção da ação. Conforme este modelo, o processo de resolução de um problema político consiste de uma sequência de passos, que na prática, não são seguidos à risca pelos atores político-administrativos. Os processos de aprendizagem política e administrativa encontram-se em todas as fases do ciclo, ou seja, a avaliação e correção da ação pode ser feita em todas as etapas, conduzindo a adaptações permanentes dos programas. (FREY, K. Políticas públicas: um debate conceitual e reflexões referentes à prática da análise de políticas públicas no Brasil. In: Planejamento e políticas públicas. Brasília, v. 21, 2000)

O texto trata do ciclo de políticas públicas, o qual

- A) é um modelo padrão, utilizado pelo Legislativo para fiscalizar obras executadas pelos governos.
- B) induz ao erro político, pois não há espaço para a construção de políticas públicas com efetividade para a população.
- C) é um modelo padrão, utilizado pelos governos para a implementação de políticas públicas, independentemente do contexto.
- D) oferece um quadro de referência para a análise processual da política pública, servindo como um modelo para a avaliação da política pública.

Filosofia

6. Considerando os conceitos de direito e de moral, assinale a opção correta à luz da filosofia do direito.

- a) Kant desenvolveu a teoria do mínimo ético, segundo a qual o direito representa todo o conteúdo moral obrigatório para que a sociedade possa sobreviver minimamente.
- b) Hans Kelsen formulou a teoria da bilateralidade atributiva, asseverando que a moral não se distingue do direito, mas o complementa por meio da bilateralidade ou intersubjetividade.
- c) Christian Thomasius propôs a distinção entre o direito e a moral, sob a inspiração pufendorfiana, com base na ideia de coação.

d) Thomas Hobbes desenvolveu a teoria da atributividade, segundo a qual direito e moral estão inter-relacionados, tendo ambos origem no direito natural.

7. Ao comentar a doutrina aristotélica da justiça, Tercio Sampaio Ferraz Júnior, em sua obra Estudos de Filosofia do Direito, indica aquele que seria o "preceito básico do direito justo, pois só por meio dele a justiça se revelaria em sua atualidade plena". Este preceito, que também pode ser definido como "uma feliz retificação do justo estritamente legal" ou ainda "o justo na concretude", é denominado

- a) dignidade.
- b) vontade.
- c) equidade.
- d) piedade.

8. A palavra política é empregada ora para significar uma atividade específica (o governo), realizada por certo tipo de profissional (o político), ora para significar uma ação coletiva (o movimento estudantil nas ruas, por exemplo) de reivindicação de alguma causa, feita por membros da sociedade e dirigida aos governos ou ao Estado. Afinal, a política é uma profissão entre outras ou é uma ação que todos os indivíduos realizam quando se relacionam com o poder? A política refere-se às atividades de governo ou a toda ação social que tenha como alvo ou como interlocutor o governo ou o Estado?

Considerando o texto acima e os múltiplos aspectos que ele suscita, julgue as assertivas a seguir.

I - Com relação à postura do governante diante da ideia de fortuna, Maquiavel afirma que é melhor ser impetuoso que cauteloso, pois o ímpeto é uma virtude política, enquanto a cautela é uma virtude econômica.

II - Para Aristóteles, tanto a alma quanto a cidade constituem-se de estrutura tripartite: a alma é formada por três partes e a cidade, por três tipos de cidadãos. A cada parte da alma corresponderia um tipo de cidadão e apenas um desses tipos de cidadão seria apto para governar a cidade, o filósofo.

III - Diferentemente de Platão, que enfatiza a necessidade da formação filosófica do governante na aquisição de aptidão para governar a cidade, Aristóteles propõe que as instituições é que devem funcionar da melhor maneira possível para a excelência da governança política.

IV - A expressão "os fins justificam os meios", citada textualmente na obra O príncipe, de Maquiavel, indica que a legitimidade de um governo deve ser garantida, mesmo que sejam utilizadas estratégias impopulares, para que, ao fim, sejam garantidos os melhores resultados ao povo. Nesse sentido, a ideia de que é melhor ser temido que ser amado busca garantir que os efeitos do uso da força para o governo sejam constantemente vinculados à soberania do governante, associado fundamentalmente ao poder econômico e religioso.

- a) As assertivas I e IV são verdadeiras.

b) Apenas a assertiva III é verdadeira.

c) Apenas as assertivas I e II são verdadeiras.

d) A assertiva III é falsa.

9. Para Sartre, a liberdade não pode mais ser condicionada por algum tipo de determinismo. A partir da assunção de que não existe um Deus responsável por guiar nossas ações, a liberdade torna-se um incondicionado em relação ao mundo natural. Nesse sentido, Sartre afirma que o homem não pode não ser livre, ou seja, a liberdade do homem tem caráter ontológico. O sentimento de angústia é, para esse autor, derivado da consciência dessa liberdade sem amarras ontológicas. A má-fé seria justamente o ato de negar, conscientemente, essa liberdade que, por ser ontológica, é inescapável. A liberdade individual, entretanto, não é um incondicionado em geral, está relacionada também à liberdade dos outros, levando, assim, o filósofo a caracterizar a existência humana como conflito entre liberdades.



Internet: <ultralafa.wordpress.com>

Considerando-se que as análises de Sartre, influenciadas pelo existencialismo, remetiam a situações ordinárias da vida humana, é correto afirmar que a ideia desse autor representada na tira acima é a

- a) da má-fé.
- b) do conflito.
- c) da angústia.
- d) do determinismo.

10. À luz das regras lógicas do silogismo categórico, analise as seguintes premissas:

Algum ministro não é honesto
Ora, todo ministro é poderoso.

Assinale a opção que apresenta a conclusão que, juntamente com as premissas apresentadas, torna o argumento válido.

- a) Logo, algum ministro é honesto.
- b) Logo, todo honesto é poderoso
- c) Logo, algum poderoso não é honesto.
- d) Logo, algum honesto não é poderoso.

Ética profissional

11. O advogado Lúcio, para ilustrar a tese que desenvolvia, fez inserir, em petição por ele apresentada, citação de julgado inexistente. Inseriu, ainda, citação doutrinária, cujo teor foi completamente deturpado. A respeito da hipótese, e nos termos do EAOAB (Estatuto da Advocacia e a Ordem dos Advogados do Brasil), assinale a afirmativa correta.

- a) Lúcio não cometeu infração disciplinar, pois o advogado, amparado no princípio da ampla defesa, deve ter liberdade para defender os interesses de seus clientes da forma que achar conveniente.
- b) Lúcio cometeu infração disciplinar punível com pena de censura, nos termos do EAOAB, e violou dispositivo do Código de Ética e Disciplina da OAB.
- c) Lúcio cometeu infração disciplinar punível com pena de exclusão, nos termos do EAOAB, e violou dispositivo do Código de Ética e Disciplina da OAB.
- d) Lúcio não cometeu infração disciplinar prevista no EAOAB, tendo apenas violado dispositivo do Código de Ética e Disciplina da OAB.

12. Nos termos do Estatuto da Advocacia e da OAB, CANCELA-SE a inscrição do profissional que:

- a) Sofrer penalidade de suspensão.
- b) Passar a exercer atividade incompatível com a advocacia, ainda que em caráter transitório.
- c) Sofrer de doença mental considerada curável.
- d) Perder qualquer dos requisitos necessários para a inscrição.

13. José foi condenado criminalmente, com sentença transitada em julgado, e, paralelamente, punido também em processo disciplinar perante a OAB em função dos mesmos atos que resultaram naquela condenação criminal. Nos termos das normas estatutárias, é correto afirmar que:

- a) A reabilitação administrativa independe da criminal.
- b) Ambas as reabilitações podem tramitar paralelamente.
- c) A reabilitação administrativa é pressuposto da criminal.
- d) É pressuposto da reabilitação à OAB o deferimento da criminal.

14. Fátima é advogada de Carla em processo proposto em face da empresa LL Serviços Anônimos, por contrato não cumprido. Posteriormente, Fátima patrocina os interesses de Leonídio em ação de responsabilidade civil, apresentada em face de Ovídio. Pelos descaminhos do destino, Carla e Leonídio estabelecem sociedade que, dois anos após a sua constituição, vem a ser dissolvida. Com os ânimos exaltados, Carla e Leonídio procuram sua advogada de confiança, Fátima, diante dos serviços de qualidade prestados anteriormente. Com sua rara habilidade persuasiva, a advogada consegue compor os interesses em conflito. Sobre o caso apresentado, observadas as regras do Estatuto da OAB e do Código de Ética e Disciplina da OAB, assinale a opção correta.

- a) A advogada deveria optar por um dos clientes na primeira consulta.
- b) O litígio envolve interesses irremediavelmente conflitantes, o que exige a opção do advogado.
- c) A conciliação purga o confronto de interesses entre os clientes da advogada.
- d) O eventual acordo entre os litigantes, no caso, deveria ser feito por outro advogado.

15. O advogado Júlio César anunciou seus serviços profissionais em outdoors na cidade em que exercia suas atividades. Ao lado de sua fotografia de paletó e gravata, eram apresentados seu nome, inscrição na OAB, o endereço do escritório, os nomes de alguns de seus clientes mais famosos na localidade e as frases: A pessoa certa para resolver seus problemas judiciais. A garantia da vitória ou seu dinheiro de volta. Aqui o cliente é quem manda. Com base no Código de Ética e Disciplina, assinale a opção correta a propósito da situação hipotética acima.

- a) É possível o anúncio dos serviços profissionais de advogados em outdoors, desde que o advogado o faça com discrição quanto ao conteúdo e a forma.
- b) O anúncio em outdoors é tipificado como imoderado e vedado pelo Código de ética e Disciplina.
- c) Não há problema na mera divulgação dos nomes dos clientes na publicidade de Júlio César, já que esta é uma forma de atrair pessoas com os mesmos tipos de problemas jurídicos.
- d) A seccional da OAB em que está inscrito Júlio César poderá abrir processo disciplinar contra ele, desde que haja representação de um de seus clientes arrolados no anúncio.

16. Assinale a assertiva incorreta segundo o Estatuto da Advocacia e a Ordem dos Advogados do Brasil.

- a) A multa, aplicada cumulativamente com as penas de censura ou suspensão, pode ter seu valor arbitrado pelo Tribunal de Ética e Disciplina, dependendo das circunstâncias agravantes, em até 20 vezes o valor da anuidade.
- b) Fica impedido de exercer o mandato o profissional a quem forem aplicadas as sanções disciplinares de suspensão ou exclusão.
- c) Fica impedido de exercer o mandato o profissional a quem forem aplicadas as sanções disciplinares de suspensão ou exclusão.
- d) Interrompe-se a prescrição à punibilidade das infrações disciplinares, entre outros motivos, pela notificação válida feita diretamente ao representado, pela OAB, na instauração do processo disciplinar.

17. Mário, advogado, foi contratado por Túlio para patrocinar sua defesa em uma ação trabalhista. O pagamento dos honorários advocatícios ocorreu na data da assinatura do contrato de prestação de serviços. No dia da audiência, Mário não compareceu nem justificou sua ausência e, desde então, recusa-se a atender e retornar as ligações de Túlio. Com relação a essa situação hipotética, assinale a opção correta.

- a) A conduta de Mário caracteriza infração disciplinar de locupletamento à custa do cliente, cuja sanção legal é a suspensão até que a quantia seja devolvida ao cliente lesado.
- b) Mário abandonou a causa trabalhista sem motivo justo, conduta que caracteriza infração disciplinar grave, iniciando-se o processo disciplinar, necessariamente, com a representação do juiz da causa, que deve certificar o abandono.
- c) A conduta de Mário caracteriza infração disciplinar punível com suspensão, o que acarreta ao infrator a

interdição do exercício profissional em todo o território nacional, pelo prazo de trinta dias a doze meses.

d) Mário, que descumpriu compromisso profissional, manteve conduta incompatível com a advocacia, desprestigiando toda a ordem de advogados, razão pela qual pode receber a sanção de advertência.

18. Sobre o Conselho Federal da OAB, é correto afirmar que:

a) É competente para editar e alterar o Regulamento Geral, o Código de Ética e Disciplina, e os Provimentos que julgar necessário.

b) É competente para criar as Subseções e a Caixa de Assistência dos Advogados.

c) É competente para decidir os pedidos de inscrição nos quadros de advogados e estagiários nas Seccionais.

d) É competente para fixar, alterar e receber contribuições obrigatórias, preços de serviços e multas dos advogados e estagiários.

19. Analise as afirmativas e assinale a alternativa correta.

I – A inscrição principal do advogado deve ser feita no Conselho Seccional da OAB em cujo território tenha seu domicílio eleitoral.

II - No caso de mudança efetiva de domicílio eleitoral para outra unidade federativa, deve o advogado requerer a inscrição suplementar no Conselho Seccional da OAB correspondente.

III - No caso de mudança efetiva de domicílio eleitoral para outra unidade federativa, deve o advogado requerer a inscrição suplementar no Conselho Seccional da OAB correspondente.

a) Somente as assertivas I e III estão corretas.

b) Somente as assertivas II e III estão incorretas.

c) Todas as alternativas estão corretas.

d) Todas as alternativas estão incorretas.

20. Analise as afirmativas e assinale a alternativa correta.

I – Não são admitidas a registro nem podem funcionar sociedades de advogados que, entre outras limitações, realizem atividades estranhas à advocacia.

II - É proibida a inscrição de uma sociedade de advogados em que não constem, em sua razão social, os nomes de todos os sócios.

III - O advogado tem o direito de integrar o quadro societário de mais de uma sociedade de advogados na mesma área territorial do respectivo Conselho Seccional onde estejam elas registradas.

Quais são as corretas de acordo com Lei no 8.906/1994?

a) Apenas I.

b) Apenas III.

c) Apenas II e III.

d) I, II e III.

Constitucional

21. "A excessiva demora do Legislativo em aprovar uma proposta de criminalização da homofobia permite que o Supremo Tribunal Federal atue por conta

própria para fixar regras contra essa conduta. É o que diz o procurador-geral da República, Rodrigo Janot, em parecer enviado ao STF após processo apresentado pela Associação Brasileira de Gays, Lésbicas e Transgêneros (ABGLT).

Para Janot, a corte pode antecipar-se ao Congresso e utilizar o texto da Lei de Racismo a quem cometer crimes resultantes de discriminação motivada por identidade ou orientação sexual.

Segundo o procurador-geral, o preconceito contra gays, lésbicas, bissexuais, travestis e transexuais viola direitos fundamentais do cidadão e exige medida urgente. Além disso, ele disse que o Mandado de Injunção estabelecido na Constituição Federal permite o "diálogo institucional entre os poderes" e "a possibilidade de construção normativa no controle de constitucionalidade".

(Disponível: <<http://www.conjur.com.br/2014-ago-20/pgr-muda-opinioao-cabe-supremo-criminalizar-homofobia>>) (texto adaptado)

A partir do texto acima, avalie as asserções a seguir e a relação proposta entre elas.

I - De acordo com o exposto acima, A PGR entende que é possível acolher o pedido de aplicação da Lei 7.716/1989 (Lei de Racismo) para todas as formas de homofobia e transfobia, especialmente (mas não exclusivamente), das ofensas (individuais e coletivas), dos homicídios, das agressões, ameaças e discriminações motivadas pela orientação sexual e/ou identidade de gênero, real ou suposta, da vítima, por meio da técnica de interpretação conforme a Constituição

PORQUE

II - A necessária criminalização da homofobia e da transfobia não foi deixada apenas à discricionariedade política do legislador pela Constituição da República de 1988, a qual dispôs expressamente a respeito da punição de qualquer discriminação atentatória dos direitos e liberdades fundamentais, no art. 5º, XLI, constituindo um mandado expresso de criminalização.

A respeito das asserções, assinale a opção correta.

A) as asserções I e II são proposições verdadeiras, e a II é uma justificativa correta da I.

B) as asserções I e II são proposições verdadeiras, mas a II não é uma justificativa correta da I.

C) a asserção I é uma proposição verdadeira, e a II é uma proposição falsa.

D) a asserção I é uma proposição falsa, e a II é uma proposição verdadeira.

22.



"Caso paradigmático do beco sem saída da interpretação nacionalista dos tratados ocorreu recentemente, no chamado Caso da Guerrilha do Araguaia. Pela primeira vez, um tema (superação – ou não – da anistia a agentes da ditadura militar brasileira) foi analisado pelo Supremo Tribunal e pela Corte Interamericana de Direitos Humanos.

No âmbito do STF, A ADPF n. 153 pleiteava que fosse interpretado o parágrafo único do art. 1º da lei 6.683 de 1979 conforme a Constituição de 1988, de modo a declarar, à luz de seus preceitos fundamentais, que a anistia concedida pela citada lei aos crimes políticos ou conexos não se estende aos crimes comuns praticados pelos agentes da repressão (civis ou militares) contra opositores políticos, durante o regime militar. O STF julgou em 28 de abril de 2010 a referida Lei constitucional.

Por sua vez, em 26 de março de 2009, a Comissão Interamericana de Direitos humanos processou o Brasil perante a Corte Interamericana de Direitos Humanos (guardiã da Convenção Americana de Direitos humanos), invocando, ao seu favor, a copiosa jurisprudência daquela Corte contrária às leis de anistia e favorável ao dever de investigação, perseguição e punição penal dos violadores de Direitos Humanos. Para a Comissão, o Brasil deve responder pela detenção arbitrária, tortura e desaparecimento forçado de 70 pessoas, membros do PCdoB, como resultado de operações do Exército brasileiro empreendidas entre 1972 e 1975 com o objetivo de erradicar a Guerrilha do Araguaia, no contexto da ditadura militar do Brasil. Ainda segundo a petição inicial da Comissão, o Estado deve ser responsabilizado internacionalmente por não ter realizado uma investigação penal com o objetivo de julgar e sancionar os responsáveis pelo desaparecimento forçado das vítimas. Também a Comissão considerou que os recursos judiciais de natureza civil com vistas a obter informação sobre os fatos não foram efetivos para garantir aos familiares das vítimas o acesso à informação sobre a Guerrilha do Araguaia. Por fim, a impunidade dos responsáveis e a falta de acesso à justiça, à verdade e à informação, violaram o direito à integridade psíquica dos familiares dos desaparecidos e da pessoa. Em 24 de novembro de 2010, meses após a decisão do STF,

a Corte condenou o Brasil, julgando a Lei de Anistia incompatível com a Convenção Americana de Direitos Humanos. (RAMOS, A. C. Pluralidade das ordens jurídicas: uma nova perspectiva na relação entre o Direito Internacional e o Direito Constitucional. R. Fac. Dir. Univ. São Paulo, v. 106/107, jan/dez. 2011/2012) (adaptado)

A partir da charge e do texto assinale a opção correta:

- A) Há um conflito insolúvel entre as decisões do STF e da Corte interamericana de Direitos Humanos no que tange à aplicabilidade da lei da anistia.
- B) O aparente conflito entre as decisões do STF e da Corte interamericana de Direitos Humanos poderia ter sido solucionado de forma preventiva, por meio do Diálogo das cortes, se o STF tivesse utilizado das posições dos diversos órgãos internacionais de Direitos Humanos aos quais o Brasil já se submeteu na fundamentação de sua decisão.
- C) Não se pode falar no Brasil na existência de um controle de convencionalidade de atos normativos internos em face de tratados internacionais de Direitos Humanos dos quais o Brasil é signatário.
- D) Deve prevalecer, no caso, a decisão do STF, em razão da soberania nacional.

23. Acerca da ADI, da ADC e da ADPF, assinale a opção correta.

- A) Omissão legislativa federal ou estadual que obste a efetividade da CF pode ser objeto de ADI, mas não o pode a omissão administrativa.
- B) Podem ser objeto de ADI, entre outros, os atos normativos editados por pessoas jurídicas de direito público, sejam elas federais ou estaduais.
- C) Segundo entendimento do STF, todos os legitimados para propor ADI possuem capacidade processual plena e podem subscrever a peça inicial da ação sem auxílio de advogado.
- D) Declarada a constitucionalidade de lei ou ato normativo federal em ADC, nova análise contestatória da matéria só poderá ser feita mediante a decisão de dois terços dos membros do STF.

24. A respeito da ordem constitucional brasileira, assinale a opção correta.

- A) Não se considera o município entidade federativa, embora se reconheça que ele dispõe de capacidade de auto-organização, autogoverno e autoadministração.
- B) As formas de Estado e de governo adotadas na CF são consideradas, devido a previsão expressa, cláusulas pétreas.
- C) Quanto ao modo de elaboração, a CF é uma Constituição dogmática, na medida em que se apresenta como produto escrito e sistematizado por um órgão constituinte, a partir de valores predominantes em determinado momento histórico.
- D) A matéria constante de proposta de emenda constitucional rejeitada ou havida por prejudicada não

pode ser novamente apresentada na mesma legislatura.

25. Com base no disposto na CF a respeito da competência dos estados-membros e dos municípios e do procedimento de intervenção federal e estadual, assinale a opção correta.

A) Cabe, em todos os casos, ao presidente da República a iniciativa de decretação de intervenção federal nos estados e no DF, competindo-lhe, ainda, formalizá-la mediante decreto.

B) A intervenção nos municípios cabe somente aos estados-membros, salvo em municípios localizados nos territórios federais, caso em que a concretização da intervenção compete ao Senado Federal.

C) A fiscalização do município compete à assembleia legislativa do respectivo estado, mediante controle externo, com o auxílio dos tribunais de contas dos estados ou do município ou dos conselhos ou tribunais de contas dos municípios, onde houver.

D) O poder de instituir regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões, constituídas por agrupamentos de municípios limítrofes, é dos estados, que devem editar lei complementar para fazê-lo

26. Considerando os critérios de classificação das constituições assinale as afirmações a seguir:

I - Constituições promulgadas são impostas pelos governantes, elaboradas sem a participação do povo. O líder político, ou grupo instalado no poder, decreta a Constituição do país, que, em geral, possui traços autoritários. Na história Brasileira há três constituições formalmente outorgadas.

II – Constituições ditas “normativas” são as que efetivamente conformam o processo político e as relações sociais, sendo objeto de plena observância pela sociedade. As relações de poder, de fato, se desenvolvem em conformidade com as regras e os princípios fixados no texto constitucional.

III – As constituições “garantia” apenas estruturam e limitam o exercício do poder político. São constituições liberais, sintéticas, em regra, cuja função é estabelecer anteparos de proteção do indivíduo contra o poder do Estado e organizar o governo com base no compromisso com a moderação.

IV – A “rigidez” constitucional que fora proposto por James Bryce, para quem a característica específica dessas constituições “reside no fato de que estas constituições possuem uma autoridade superior à das outras leis do Estado, e podem ser alteradas através de método diferente daquele através dos quais as outras leis podem ser editadas ou revogadas”.

Com base nas afirmações, marque a alternativa correta:

- A) I e II estão corretas.
- B) I, II e III estão corretas.
- C) II, III e IV estão corretas.
- D) Todas estão corretas.

27. Com base no histórico das Constituições Brasileiras, analise as afirmações a seguir:

I - Meses antes da proclamação da independência, já estava prevista a realização de eleições para uma Assembleia Constituinte no Brasil, que havia sido convocada por meio de decreto expedido em 1822, e as eleições ocorreram em 07 de setembro e em maio de 1823. Como não era mais possível o retorno puro e simples ao absolutismo, que encontrava limites no enraizamento de algumas conquistas do liberalismo, desenhava-se uma fórmula compromissória que envolvesse a participação efetiva do monarca no exercício do poder.

II – O texto de 1981, apesar de mais analítico, era fortemente inspirado na Constituição norte-americana, da qual o jurista baiano, Ruy Barbosa, era profundo admirador.

III – A Constituição de 1946 buscou conciliar liberalismo político e democracia com o Estado Social.

Assinale a alternativa correta:

- A) Apenas a assertiva I está incorreta.
- B) Apenas as assertivas II e III estão incorretas.
- C) Apenas as assertivas II e III estão corretas.
- D) Todas as assertivas estão corretas.

28. A palavra "neoconstitucionalismo" não é empregada no debate constitucional norteamericano, nem tampouco no que é travado na Alemanha. Trata-se de um conceito formulado sobretudo na Espanha e na Itália, mas que tem reverberado bastante na doutrina brasileira nos últimos anos, sobretudo depois da ampla divulgação que teve aqui a importante coletânea intitulada Neoconstitucionalismo(s), organizada pelo jurista mexicano Miguel Carbonell, e publicada na Espanha em 2003(SARMENTO, Daniel. "O Neoconstitucionalismo no Brasil: Riscos e possibilidades". In: SARMENTO, Daniel. Filosofia e Teoria Constitucional Contemporânea. Rio de Janeiro: Lumen Iuris, 2009).

A partir do texto acima, avalie as asserções a seguir e a relação proposta entre elas.

I - Até a Segunda Guerra Mundial não se atribuíam força normativa às constituições e aos princípios jurídicos e não se considerava como importantes no processo de aplicação do Direito.

PORQUE

II - Prevalencia no velho continente (países romano-germânicos) uma cultura jurídica essencialmente legicêntrica, que tratava a lei editada pelo parlamento como a fonte principal - quase como a fonte exclusiva - do Direito

A respeito dessas asserções, assinale a opção correta.

- A) as asserções I e II são proposições verdadeiras, e a II é uma justificativa correta da I.
- B) as asserções I e II são proposições verdadeiras, mas a II não é uma justificativa correta da I.
- C) a asserção I é uma proposição verdadeira, e a II é uma proposição falsa.

D) a asserção I é uma proposição falsa, e a II é uma proposição verdadeira.

29. "A Carta de 1988 é, sem nenhuma dúvida, uma Constituição que tem os olhos postos no futuro – embora ela não deixe de conter também um acerto de contas com o passado. Trata-se de uma ordem constitucional que se propõe a ambiciosa empreitada de reconstruir o Estado e a sociedade brasileira sobre bases mais justas e equânimes; de refundar a República a partir de um projeto solidário e inclusivo. É evidente, no entanto, que entre a promessa constitucional e a realidade, medeia um espaço às vezes grande demais, que não será transposto apenas pelo voluntarismo do intérprete. Não se nega aqui que a exacerbação da dimensão utópica da Constituição encerra riscos que não podem ser negligenciados, dentre os quais a própria erosão da sua força normativa. Podemos, assim, conjugar a percepção sobre a reverência devida ao constituinte derivado, como expressão do direito democrático à autodeterminação das gerações presentes e futuras – o que enseja uma interpretação não maximadora das cláusulas pétreas". (SARMENTO, Daniel. Direito adquirido, emenda constitucional, democracia e justiça social. Revista Eletrônica sobre a reforma do Estado. N.º 12, ISSN 1981-1888. Salvador-BA, 2008).

A partir do texto acima, avalie as asserções a seguir e a relação proposta entre elas.

I - A visão de que o direito adquirido configura uma garantia constitucional importante, mas que não foi posto pelo constituinte num pedestal, acima dos demais direitos fundamentais e interesses constitucionais e a noção de que a Constituição de 1988 propõe-se, essencialmente, a modificar as estruturas sociais e não a conservá-las nos leva a entender que os direitos adquiridos não são um limite para constituinte derivado.

PORQUE

II - Sujeitar as emendas à Constituição ao acatamento incondicionado de todos os direitos adquiridos no passado é fazer pouco do direito de cada geração de construir seu próprio caminho, mas é também, e acima de tudo, eternizar um *status quo* rebelde às dimensões transformadoras que, por imperativo constitucional, devem estar presentes no direito brasileiro.

A respeito dessas asserções, assinale a opção correta.

- A) as asserções I e II são proposições verdadeiras, e a II é uma justificativa correta da I.
- B) as asserções I e II são proposições verdadeiras, mas a II não é uma justificativa correta da I.
- C) a asserção I é uma proposição verdadeira, e a II é uma proposição falsa.
- D) a asserção I é uma proposição falsa, e a II é uma proposição verdadeira.

30. Analise as afirmações abaixo e escolha a alternativa CORRETA.

I - Norma constitucional de eficácia plena é aquela que contém todos os elementos necessários para a pronta e integral aplicabilidade dos efeitos que dela se esperam.

II - Norma constitucional de eficácia limitada é uma norma de eficácia plena, que opera todos os efeitos desde sua entrada em vigor. No entanto, o legislador está autorizado a reduzi-la.

III - Norma constitucional de eficácia contida é aquela que não contém todos os elementos necessários à sua integral aplicabilidade, porque ela depende da interposição do legislador.

Assinale a alternativa correta:

- A) Apenas a afirmação I está correta.
- B) Apenas a afirmação II está correta.
- C) Apenas a afirmação III está correta.
- D) Todas as afirmações estão corretas.

Direito Civil

31. Quanto aos atos ilícitos e ao abuso de direito, assinale a opção correta:

- a) Para se caracterizar o ato ilícito, ainda que não tenha causado efetivo prejuízo, é necessária no momento da conduta, a verificação de dolo ou culpa por parte do agente.
- b) O abuso de direito caracteriza-se não pela incidência da violação formal a direito, mas pela extrapolação dos limites impostos pelo ordenamento jurídico para o seu exercício.
- c) O abuso de direito configura-se como ato ilícito e a responsabilidade dele decorrente depende de dolo ou culpa. Assim, para o reconhecimento desse ato ilícito, é imprescindível que o agente tenha a intenção de prejudicar um terceiro.
- d) É essencial a prova de que o agente tinha a intenção de prejudicar o terceiro, seja na prática do ato ilícito como na conduta abusiva.

32. A partir da compreensão dos institutos da prescrição e da decadência, marque a alternativa correta:

- a) Os variados prazos ditados pelos artigos 205 e 206 do Código Civil, por não se reportarem a direitos potestativos, são considerados, pois, como prescricionais extintivos.
- b) Os prazos considerados decadenciais do Código Civil são aplicáveis aos denominados direitos potestativos, ou seja, são direitos subjetivos que exigem do outro uma contraprestação ou um dever específico.
- c) Todo prazo considerado prescricional está ligado a uma pretensão, ou seja, ao poder que alguém tem de opor-se a uma violação sofrida, prazos estes que se encontram na parte especial do Código Civil.
- d) O magistrado não poderá, de ofício, reconhecer a prescrição de direitos, salvo aqueles não patrimoniais ou os concernentes aos absolutamente incapazes.

33. O artigo 108 do Código Civil de 2002 estabelece que: "Não dispendo a lei em contrário, a escritura pública é essencial à validade dos negócios jurídicos que visem à constituição, transferência, modificação ou renúncia de direitos reais sobre imóveis de valor superior a trinta vezes o maior salário mínimo vigente no País".

Análise a situação abaixo:

Duas pessoas maiores e capazes celebraram um contrato de compra e venda de um imóvel avaliado em R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais), documentando o ato por meio de instrumento particular. Posteriormente, falecido o vendedor, os seus herdeiros apontaram a invalidade do ato por impropriedade da forma.

Com base no artigo transcrito acima e na situação relatada é correto afirmar que:

- a) O Código Civil prestigia o princípio da conservação dos atos jurídicos, porém não previu meio de conservar negócios jurídicos eivados de nulidade absoluta.
- b) Ao juiz caberá declarar de ofício a nulidade absoluta do negócio jurídico, não podendo, no caso apresentado, aproveitar a vontade válida declarada no instrumento particular a pedido do contratante interessado.
- c) O negócio jurídico nulo não é suscetível de confirmação, nem convalesce pelo decurso do tempo, mas, nesse caso é possível uma nova qualificação desse negócio jurídico que seria eivado de nulidade absoluta.
- d) Um acordo de vontades não pode contrariar dispositivo legal sob pena de nulidade absoluta.

34. Mariana locou uma casa de Francisco, morando no referido imóvel no período de 01/02/2012 a 30/09/2012, sendo que o aluguel vencia todo dia 05 de cada mês. Ocorre que Mariana se mudou e não pagou o último mês que morou no imóvel de Francisco. Na data de 10/10/2015, Francisco resolveu cobrar de Mariana o mês não pago. Levando em consideração que o Código Civil prevê para essa hipótese prazo prescricional de 03 anos, é correto afirmar que:

- a) A pretensão de Francisco está extinta em razão de não ter exercido seu direito potestativo dentro de um prazo legal.
- b) Mariana é titular de um direito potestativo, razão pela qual pode renunciar ao direito de alegar a prescrição, e pagar a dívida prescrita.
- c) A renúncia por Mariana valerá, pois basta, para tanto, apenas que o prazo prescricional tenha sido consumado.
- d) Mariana e Francisco não poderão estabelecer um prazo maior para a extinção da pretensão, mesmo não prejudicando direitos de terceiros.

35. Em relação às invalidades do negócio jurídico, analise as assertivas abaixo:

I – A arguição de nulidade de um negócio jurídico, ao contrário da anulabilidade não está sujeita a prazo.

II – A nulidade alcança as hipóteses em que a lei taxativamente declarar o ato ou o negócio nulo, bem como aquele praticado para fraudar lei imperativa.

III – As nulidades do negócio jurídico devem ser pronunciadas de ofício pelo juiz, que também as pode sanar.

IV – Será nulo o negócio jurídico se o motivo determinante de uma das partes for ilícito.

V – Não será anulável o negócio jurídico se for preterida alguma formalidade que a lei considere essencial para a sua validade.

Das proposições acima:

- a) Duas são verdadeiras e três são falsas.
- b) Duas são falsas e três são verdadeiras.
- c) Quatro são verdadeiras e uma é falsa.
- d) Quatro são falsas e uma é verdadeira.

36. No que se refere aos contratos, assinale a opção correta.

- a) O objeto do contrato de comissão, regulado como típico no Código Civil, são negócios determinados, negociando o comissário em nome do comitente, o qual será parte do negócio ajustado com o terceiro.
- b) Em se tratando de contrato de agência, a coisa a ser negociada fica à disposição do agente, a quem cabe promover negócios do agenciado em zona determinada, mediante retribuição, em caráter não eventual e sem vínculo de dependência.
- c) O mandante tem o dever de satisfazer as obrigações assumidas pelo mandatário, considerando-se os poderes a ele conferidos pelo contrato celebrado, ainda que o mandatário tenha desatendido a alguma instrução.
- d) Em caso de morte do proponente de obrigação não personalíssima séria e consciente, os herdeiros não estarão obrigados em relação às consequências do ato praticado.

37. DENTRE AS PROPOSIÇÕES ABAIXO, ALGUMAS SÃO FALSAS, OUTRAS VERDADEIRAS:

I - A atribuição de encargo ao comodatário, consistente na construção de casa de alvenaria, a fim de evitar a "favelização" do local, não desnatura o contrato de comodato modal.

II - As acessões artificiais são modos de aquisição originária da propriedade imóvel, consistentes em obras com a formação de coisas novas que se aderem à propriedade preexistente (superfícies solo cedit), aumentando-a qualitativa ou quantitativamente.

III - Embora o contrato de comodato não tenha conteúdo econômico imediato, o benefício patrimonial consubstancia-se no valor do aluguel que o proprietário está deixando de receber enquanto o comodatário permanece na posse do bem.

IV - A perda do bem por vício anterior ao negócio jurídico oneroso é fator determinante da evicção, desde que haja a efetiva ou iminente perda da posse ou da propriedade, e não uma mera cogitação da perda ou limitação desse direito.

Das assertivas acima:

- a) I e II estão corretas.

- b) III e IV estão corretas.
- c) I e III estão corretas.
- d) Todas estão corretas.

38. Sobre a promessa de compra e venda:

I. Nos contratos de compra e venda de móveis ou imóveis, mediante pagamento em prestações, bem como nas alienações fiduciárias em garantia, consideram-se nulas de pleno direito as cláusulas que estabeleçam a perda total das prestações pagas em benefício do credor que, em razão do inadimplemento, pleitear a resolução do contrato e a retomada do produto alienado.

II. No compromisso de compra e venda subentende-se a condição resolutiva da legitimidade e validade do título de domínio.

III. O direito à adjudicação compulsória, quando exercido em face do promitente vendedor, não se condiciona ao registro da promessa de compra no cartório de registro imobiliário. São afirmativas corretas:

- a) I e II, somente.
- b) I e II e III.
- c) III, somente.
- d) II e III, somente.

39. No seguro de vida ou de acidentes pessoais para o caso de morte,

a) a indenização sempre beneficiará o cônjuge sobrevivente casado sob o regime da comunhão universal ou parcial de bens.

b) é obrigatória a indicação de beneficiário, sob pena de ineficácia, revertendo o prêmio pago à herança do segurado falecido.

c) o capital estipulado não está sujeito às dívidas do segurado, nem se considera herança para todos os efeitos de direito.

d) o capital segurado só pode ser pago a herdeiros legítimos, não se admitindo a indicação de pessoa estranha à ordem de vocação hereditária para recebe-lo.

40. Quanto a sua classificação, temos que o contrato de fiança é;

- a) De forma livre ou não solene.
- b) Principal.
- c) Unilateral.
- d) Bilateral ou sinalagmático.

Penal

41. Em relação ao agente que mediante conduta culposa comete homicídio e as consequências produzidas pelo resultado da conduta são de tamanha gravidade que tornam a sanção penal desnecessária podemos afirmar que:

I - O Juiz na fase de dosimetria de pena deve aplicar a hipótese do perdão judicial em relação ao Autor do homicídio;

II - É facultado ao Juiz aplicar causa de redução de pena de 1/6 a 1/3 em razão de homicídio privilegiado culposo

III - Fica a critério do Juiz deixar de aplicar a pena, aplicando perdão judicial

IV - Tanto na hipótese de homicídio doloso simples, quanto no homicídio culposo cabe ao Juiz excluir a punibilidade do agente em função da gravidade do resultado.

- a) A assertiva I está correta e a II está errada
- b) A assertiva III está errada e a IV está correta
- c) A assertiva II está errada e a III está correta
- d) A assertiva IV está correta e a I está errada

42. É correto afirmar que em relação a lesão corporal:

I - por tratar-se de crime material, a consumação ocorrerá quando a ofensa incidir apenas sobre a saúde da vítima.

II - será gravíssima a lesão se dela resultar o abortamento, desde que este tenha sido o resultado visado.

III - será reconhecida a qualificadora da deformidade permanente quando a ofensa ocorrer apenas no rosto da vítima.

IV - a diferença entre a contravenção penal de vias de fato e a lesão corporal está na inexistência de dano à incolumidade física da vítima.

- a) a assertiva I está correta e a III está errada
- b) a assertiva II está errada e a I está correta
- c) as assertivas II e I estão corretas
- d) as assertivas II e III estão erradas

43. Se da lesão corporal dolosa resulta morte e as circunstâncias evidenciam que o agente não quis o resultado morte, nem assumiu o risco de produzi-lo, configura(m)-se:

- a) lesão culposa e homicídio culposo, cujas penas serão aplicadas cumulativamente.
- b) lesão corporal seguida de morte.
- c) homicídio culposo qualificado pela lesão.
- d) homicídio doloso (dolo eventual).

44. Determinado sujeito, que acabara de se desiludir amorosamente, decide matar sua até então namorada. Toma emprestado o automóvel de seu vizinho e, durante o trajeto, por descuido, abalroa gravemente um outro veículo, causando sério prejuízo material. Mas, faltando-lhe coragem para consumir o homicídio, estaciona próximo a um bar, às portas da casa de sua ex-namorada e intencionalmente se embriaga, a fim de ganhar valentia para executar seu plano. Abandona o veículo, vai a pé até a casa da ex-namorada e, mediante asfixia, tira-lhe a vida. À luz do Direito Penal, o sujeito cometeu.

- a) dano e homicídio duplamente majorado, pela embriaguez dolosa e asfixia.
- b) homicídio qualificado pela asfixia.
- c) homicídio qualificado pela asfixia e agravado pela embriaguez pré-ordenada.
- d) dano e homicídio qualificado pela asfixia, em concurso material.

45. Analise as afirmações abaixo e escolha a resposta correta:

I - Furto de uso não constitui crime por falta de atipicidade formal da conduta.

II - No furto mediante fraude, a fraude visa permitir que a vítima incida em erro e, por isso, despoje voluntariamente de seu bem entregando seu bem ao autor do crime.

III - No furto qualificado pelo abuso de confiança, o sujeito não tem a posse do objeto material, que continua na esfera de proteção de seu dono depois da consumação do crime.

- a) As afirmações I e II estão corretas.
- b) As afirmações II e III estão corretas.
- c) Apenas a afirmação I está correta.
- d) Todas as afirmações estão corretas.

46. Assinale a alternativa correta:

I - Funcionário público que se apropria de dinheiro ou valor público de que tem posse em razão do cargo comete o crime de corrupção ativa

II - Funcionário público que desvia dinheiro ou valor público de que tem posse em razão do cargo comete o crime de peculato.

III - Funcionário público que exige vantagem indevida para si ou para outrem comete o crime de corrupção passiva.

IV - Funcionário público que solicita vantagem indevida para si ou para outrem comete o crime de corrupção ativa

- a) A assertiva I está correta e a III está errada
- b) A assertiva II está correta e a III está errada
- c) A assertiva IV está correta e a II está errada
- d) A assertiva II está correta e a I está errada

47. Assinale a alternativa correta

I - Comete prevaricação o funcionário público que, em consequência de vantagem ou promessa, deixa de praticar ato de ofício ou o pratica infringindo dever funcional.

II - O crime de concussão admite tentativa, como, por exemplo, na hipótese de carta interceptada.

III - Exige-se o efetivo recebimento da vantagem indevida, para que o crime de corrupção passiva se consuma.

IV - O peculato classifica-se como crime plurissubsistente.

- a) As assertivas II e a III estão erradas
- b) A assertiva IV está correta e a I está errada
- c) As assertivas III e IV estão corretas
- d) A assertiva IV está correta e a III está errada

48. Cláudio, agente fiscal de rendas, constatou sonegação de impostos por parte da empresa Alpha. No entanto, deixou de autuá-la, retardando a prática do ato de ofício, por ser amigo do sócio administrador da empresa. Porém, outro fiscal, sabendo do ocorrido, foi até a empresa e lavrou o auto de infração. Nesse caso, Cláudio

- a) responderá por corrupção ativa.
- b) responderá por prevaricação na forma tentada.
- c) responderá por prevaricação na forma consumada.

d) não responderá por delito algum, por ter sido o auto de infração lavrado por seu colega de função.

49. Se o funcionário público se apropriar de dinheiro, valor ou qualquer outro bem móvel, público ou particular, de que tem a posse em razão do cargo, ou desviá-lo, em proveito próprio ou alheio, terá praticado

- a) crime de exação.
- b) crime de prevaricação.
- c) ato considerado meramente de improbidade administrativa.
- d) crime de peculato.

50. Mulher que constrange outra mulher a praticar ato libidinoso comete crime de:

- a) Estupro de vulnerável
- b) Sedução
- c) Mediação para satisfação da lascívia
- d) Estupro

Processo Civil

51. A execução não será extinta quando:

- a) quando a petição inicial for indeferida
- b) quando o executado não possuir bens penhoráveis;
- c) o exequente renunciar o crédito
- d) ocorrer a prescrição intercorrente

52. São títulos executivos extrajudiciais

- a) a decisão homologatória de autocomposição extrajudicial de qualquer natureza;
- b) o crédito de auxiliar da justiça quando tiverem sido aprovados por decisão judicial
- c) o instrumento de transação referendado pelo Ministério Público
- d) a escritura pública, prescindida a assinatura do devedor.

53. Considerando que para cada tipo de execução há técnicas executivas a serem empregadas, no novo código de processo civil, ao promover medidas que assegurem o cumprimento de ordem judicial, em especial nas ações que tenham por objeto prestação pecuniária, ao magistrado:

- a) pelo princípio da tipicidade e adequação dos meios executivos, será vedado aplicar a técnica da sub-rogação nos casos de cumprimento de sentença por quantia certa.
- b) pelo princípio da tipicidade e adequação dos meios executivos será vedado aplicar a técnica da indução nos casos de cumprimento de sentença por quantia certa.
- c) pelo princípio da tipicidade e adequação dos meios executivos, não será defeso aplicar a técnica da indução nos casos de cumprimento de sentença por quantia certa.
- d) pelo princípio da tipicidade e adequação dos meios executivos será defeso aplicar a técnica da indução nos casos de cumprimento de sentença por quantia certa.

54. Ao analisar sistematicamente a Lei nº 6.830/1980, Lei de Execuções Fiscais a qual dispõe sobre a cobrança judicial da Dívida Ativa da Fazenda Pública, é possível compreender que:

- Em decorrência da abrangência do princípio da Legalidade, este procedimento especial de execução poderá ser utilizado por qualquer ente da Administração Pública, sejam da Administração Direta como indireta, bem como de Direito Público como de Direito Privado.
- A execução judicial para cobrança da Dívida Ativa, seja aquela definida como tributária ou não tributária, poderá ser executada mediante as regras específicas desta lei. Sendo irrelevante a existência da Certidão de Dívida Ativa.
- A execução judicial para cobrança da Dívida Ativa, a qual goza de presunção absoluta de certeza e liquidez, seja aquela definida como tributária ou não tributária, poderá ser executada mediante as regras específicas desta lei.
- A dívida ativa regularmente inscrita, poderá ser cobrada de forma extrajudicial, levando-a a protesto. O protesto da certidão da dívida ativa foi assunto controvertido, não previsto expressamente em lei, que necessitou de precedentes jurisprudenciais, em especial do STJ, para consolidar sua possibilidade.
- nenhuma das alternativas acima.

55. Em relação aos precatórios e as alterações promovidas pela Emenda Constitucional nº 62 de 2009, analise as assertivas abaixo e selecione a resposta correta:

I - O Presidente do Tribunal competente que, por ato comissivo ou omissivo, retardar ou tentar frustrar a liquidação regular de precatórios incorrerá em crime de responsabilidade e responderá, também, perante o Conselho Nacional de Justiça.

II - É facultada ao credor a expedição de precatórios complementares ou suplementares de valor pago, bem como o fracionamento, repartição ou quebra do valor da execução para fins de enquadramento como de pequeno valor.

III - Antes da Emenda constitucional não era prevista a possibilidade de preferência para pagamento de créditos de natureza alimentícia

IV - Atualmente a atualização de valores de requisitórios, após sua expedição, até o efetivo pagamento, independentemente de sua natureza, será feita pelo índice oficial de remuneração básica da caderneta de poupança, e, para fins de compensação da mora, incidirão juros simples no mesmo percentual de juros incidentes sobre a caderneta de poupança, ficando excluída a incidência de juros compensatórios

Escolha a opção correta:

- Todas são verdadeiras
- 1 verdadeira
- 2 verdadeiras
- 3 verdadeiras

56. Havendo revelia, e produzindo ela os seus efeitos materiais, o Magistrado poderá dispensar a fase

instrutória, e julgar antecipadamente o objeto do processo

PORQUE

Sendo o réu revel, presumir-se-ão verdadeiras as alegações de fato formuladas pelo autor.

Esta questão contém duas afirmações. Assinale a alternativa correta de acordo com a seguinte chave:

- as duas afirmações são verdadeiras e a segunda justifica a primeira.
- as duas afirmações são verdadeiras e a segunda não justifica a primeira.
- a primeira afirmação é verdadeira e a segunda é falsa.
- a primeira afirmação é falsa e segunda é verdadeira.

57. O Juiz deverá decidir pela redistribuição dinâmica do ônus da prova na decisão de organização do processo

PORQUE

A inversão do ônus da prova foi acolhida pelo Novo CPC como regra de instrução, em atenção ao princípio do contraditório.

Esta questão contém duas afirmações. Assinale a alternativa correta de acordo com a seguinte chave:

- as duas afirmações são verdadeiras e a segunda justifica a primeira.
- as duas afirmações são verdadeiras e a segunda não justifica a primeira.
- a primeira afirmação é verdadeira e a segunda é falsa.
- a primeira afirmação é falsa e segunda é verdadeira.

58. Assinale a alternativa correta:

a) Da decisão do relator que não conhecer de recurso inadmissível, prejudicado ou que não tenha impugnado especificamente os fundamentos da decisão recorrida caberá agravo de instrumento.

b) Quando manifestamente protelatórios os embargos de declaração, o juiz ou o tribunal, em decisão fundamentada, condenará o embargante a pagar ao embargado multa não excedente a dois por cento sobre o valor atualizado da causa e a interposição de qualquer recurso ficará condicionada ao depósito prévio do valor da multa.

c) Será julgado pelo STJ em recurso ordinário os processos em que forem partes, de um lado, Estado estrangeiro ou organismo internacional e, de outro, Município ou pessoa residente ou domiciliada no País, independente do provimento ou não do pedido.

d) O agravo interno será dirigido diretamente ao tribunal e será instruído, obrigatoriamente, com cópias da petição inicial, da contestação, da petição que ensejou a decisão agravada, da própria decisão agravada, da certidão da respectiva intimação ou outro documento oficial que comprove a tempestividade e das procurações outorgadas aos advogados do agravante e do agravado.

59. Assinale a alternativa correta:

- a) O recurso adesivo fica subordinado ao recurso independente, sendo-lhe aplicáveis as mesmas regras deste quanto aos requisitos de admissibilidade e julgamento no tribunal.
- b) Em razão do princípio da dialeticidade, em se tratando de dúvida relevante e não grosseira sobre qual recurso interpor, um poderá ser recebido pelo outro.
- c) Considera-se real o prequestionamento do novo CPC que considera incluídos no acórdão os elementos que o embargante suscitou, independente da inadmissão ou rejeição destes.
- d) Aplicam-se ao recurso ordinário as mesmas regras da apelação quanto aos efeitos, prazo e juízo de admissibilidade.

60. Assinale a alternativa correta

- a) Da decisão monocrática do relator que negue seguimento a recurso manifestamente inadmissível não se admite novo recurso, cabendo à parte a eventual impetração de mandado de segurança para assegurar o julgamento colegiado da matéria.
- b) No recurso ordinário não existe fundamentação vinculada, admitindo-se ao recorrente a alegação de qualquer matéria desde que respeite os limites objetivos da demanda
- c) No recurso ordinário interposto diretamente ao STF e ao STJ, se faz necessário a comprovação do prequestionamento da matéria aduzida no recurso.
- d) Se o pedido ou a defesa possuírem mais de um fundamento e o juiz acolher apenas um deles, a apelação não poderá devolver ao tribunal o conhecimento dos demais.

Trabalho

61. Leia o texto a seguir:

“O plano de Dilma para tentar blindar os postos de trabalho no Brasil

Em meio à crise política e econômica, a presidenta Dilma Rousseff decidiu apostar em uma medida para blindar um dos maiores trunfos de seus anos no poder: os baixos índices de desemprego. Em uma tentativa clara de frear o fechamento de vagas no Brasil, Rousseff enviou ao Congresso uma medida provisória (MP) que cria o Programa de Proteção de Emprego. Apoiada por sindicatos e pelo setor industrial, a medida que visa desestimular demissões com redução jornada e redução negociada de salários despertou suspeita em especialistas para os quais o Governo está diminuindo as chances de cumprir o ajuste fiscal prometido

A MP, que ainda precisa ser regulamentada, permite que, em momentos de crise ou de queda expressiva da produção da empresa, a jornada de trabalho seja reduzida em até 30%, com redução proporcional do salário pago pelo empregador. A diferença do salário será parcialmente custeada pelo Governo, que pagará ao trabalhador 50% da perda, com recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), um fundo composto por contribuições pagas sobre a folha de pagamento e que apresentou nos últimos anos

problemas de caixa. A complementação será limitada a 65% do maior benefício do seguro-desemprego, que corresponde a 900 reais.” (Fonte: http://brasil.elpais.com/brasil/2015/07/08/economia/1436310286_776968.html)

Julgue os itens a seguir:

- I – o salário é protegido, no Brasil, contra as reduções nominais. É possível, entretanto, a sua redução, desde que realizada por negociação coletiva;
- II – o programa de proteção ao emprego, ao permitir a redução da jornada de trabalho em até 30%, com redução proporcional do salário pago pelo empregador, tem por objetivo, dentre outros, desestimular o desaparecimento de postos de trabalho, concretizando o princípio da continuidade da relação de emprego;
- III – o direito à irredutibilidade salarial, previsto no inciso VI do artigo 7º da Constituição Federal protege o valor real do salário, de modo que a perda do valor da moeda em virtude da inflação deve ser corrigida anualmente pelo empregador, sob pena de ofensa a direito fundamental trabalhista;

É correto apenas o que se afirma em

- A) I.
B) II.
C) II e III.
D) I e II.

62. Paulo é operador de máquinas de uma montadora de automóveis. Seu horário de trabalho é das 7:00 às 16:00, dispondo de uma hora de intervalo. O aparelho para registro do ponto eletrônico fica situado ao lado da máquina operada por Paulo e os controles são marcados no início e no fim da efetiva jornada de trabalho. Paulo diariamente chega ao trabalho às 6:15, horário em que sai da condução que o deixa na porta da empresa. Porém, tem que caminhar por cerca de trinta minutos até o local de início efetivo do trabalho. Insatisfeito, Paulo decidiu mover uma reclamação trabalhista em face de seu empregador.

Considerando o caso acima, assinale a afirmativa correta.

- A) Paulo não tem direito às horas extras, pois não havia excesso de jornada.
- B) Tendo havido extrapolação de 5 (cinco) minutos no tempo de deslocamento entre o portão e o local de trabalho, Paulo faz jus a 10 (dez) minutos extras no início e no fim da jornada.
- C) Paulo tem direito às horas extras (minutos) no início e no fim da jornada, dada a distância entre o portão da empresa e o local de trabalho, que supera 10 (dez) minutos de deslocamento.
- D) Paulo tem direito às horas extras registradas em seu cartão de ponto.

63. Hugo, José e Luiz são colegas de trabalho na mesma empresa. Hugo trabalha diretamente com o transporte de material inflamável, de modo permanente, nas dependências da empresa. José faz a rendição de Hugo durante o intervalo para alimentação e, no restante do tempo, exerce a função

de teleoperador. Luiz também exerce a função de teleoperador. Acontece que, no intervalo para a alimentação, Luiz pega carona com José no transporte de inflamáveis, cujo trajeto dura cerca de dois minutos. Diante dessa situação, assinale a afirmativa correta.

A) Como Hugo, José e Luiz têm contato com inflamáveis, os três têm direito ao adicional de periculosidade.

B) Apenas Hugo, que lida diretamente com os inflamáveis em toda a jornada, tem direito ao adicional de periculosidade.

C) Hugo faz jus ao adicional de periculosidade integral; José, ao proporcional ao tempo de exposição ao inflamável; e Luiz não tem direito ao adicional, sendo certo que a empresa não exerce qualquer atividade na área de eletricidade.

D) Hugo e José têm direito ao adicional de periculosidade. Luiz não faz jus ao direito respectivo.

64. João trabalha na área de vendas em uma empresa. Recebe do empregador, em razão do seu cargo, moradia e pagamento da conta de luz do apartamento, além de ter veículo cedido com combustível. Tal se dá em razão da necessidade do trabalho, dado que João trabalha em local distante de grande centro, sendo responsável pela distribuição e venda dos produtos na região. Além disso, João recebe uma quota mensal de 10 pacotes de cigarro por mês, independentemente de sua remuneração, não sendo necessário prestar contas do que faz com os cigarros. A partir do caso narrado, assinale a afirmativa correta.

A) Os valores relativos à habitação, à energia elétrica e ao veículo integram a remuneração de João, por serem salário-utilidade, mas não o cigarro, por ser nocivo à saúde.

B) Os valores de habitação e veículo integram a remuneração de João. A energia elétrica e o combustível, não, pois já incorporados, respectivamente, na habitação e no veículo. O valor do cigarro não é integrado, face à nocividade à saúde.

C) Nenhum dos valores da utilidade integram a remuneração de João.

D) Tratando-se de salário in natura, todos os valores integram a remuneração de João, pois são dados com a ideia de contraprestação aos serviços.

65. A respeito das férias, julgue os itens a seguir:

I – Muito embora as férias sejam concedidas por ato do empregador, que deverá escolher o período de férias de cada empregado (como manifestação do jus variandi), em dois casos, o empregado terá direito de usufruir do período de férias em época específica. É o caso do trabalhador menor, cujas férias deverão coincidir com as férias escolares, e dos membros da mesma família que prestem serviço ao mesmo empregador que, caso queiram e não haja prejuízo ao serviço, podem tirar férias juntos.

II – Sempre que as férias forem concedidas após o período de gozo, o empregador pagará em dobro a respectiva remuneração, conforme entendimento consolidado no Tribunal Superior do Trabalho.

III – Conforme entendimento consolidado no TST, não será devido o pagamento em dobro da remuneração de férias, incluído o terço constitucional, com base no art. 137 da CLT, quando, ainda que gozadas na época própria, o empregador tenha descumprido o prazo previsto no art. 145 do mesmo diploma legal.

IV – A garantia do direito a férias anuais remuneradas atende a finalidades fisiológicas (permitindo a recuperação física do trabalhador), econômicas (o trabalhador descansado tende a ser mais produtivo), culturais, políticas e sociais.

É correto apenas o que se afirma em:

a) I e III

b) I, II e III

c) I, II e IV

d) I, III e IV;

66. Leia o texto abaixo:

“Adesão ao plano de demissão voluntária da TAM supera 50%

A empresa aérea considerou o índice de adesão alto e ressaltou que isso lhe permite reduzir os desligamentos compulsórios.

São Paulo – A TAM, empresa aérea do grupo Latam Airlines, disse que seu programa de reestruturação de adesão voluntária teve adesão de mais de 50 por cento dos tripulantes envolvidos.

A empresa havia adotado o programa formado por licença não-remunerada e desligamento voluntário de funcionários para cortar 811 postos de trabalho em meio à redução da oferta de voos no Brasil, para fazer frente ao aumento de custos.

O programa de adesão voluntária foi acordado entre a empresa e o Sindicato Nacional dos Aeronautas (SNA) em 1º de agosto.

Em nota enviada à imprensa, a TAM considerou o índice de adesão alto e ressaltou que isso lhe permite reduzir os desligamentos compulsórios.

“Com o ajuste, a companhia vai adequar o quadro de comandantes, copilotos e comissários à realidade operacional em vigor na empresa - funcionários de outras áreas não foram afetados. A companhia convive com alta significativa dos custos, o que a levou a reduzir a oferta, no acumulado de 2011 até agora, em 12 por cento no mercado doméstico”, afirmou a TAM no comunicado.”

Fonte: EXAME. Disponível em:

<<http://exame.abril.com.br/negocios/noticias/adesao-ao-plano-de-demissao-voluntaria-da-tam-supera-50>>

Considerando os princípios que orientam o Direito do Trabalho e a jurisprudência consolidada do Tribunal Superior do Trabalho, julgue os itens a seguir:

I – O TST não reconhece nenhum efeito jurídico ao plano de demissão voluntária, já que inadmissível qualquer a disposição, ainda que por meio de transação, de direitos trabalhistas;

II – A transação extrajudicial que importa rescisão do contrato de trabalho ante a adesão do empregado a plano de demissão voluntária implica quitação exclusivamente das parcelas e valores constantes do recibo;

III - Os créditos tipicamente trabalhistas reconhecidos em juízo não são suscetíveis de compensação com a indenização paga em decorrência de adesão do trabalhador a Programa de Incentivo à Demissão Voluntária (PDV);

É correto apenas o que se afirma em

- A) I.
- B) II.
- C) II e III.
- D) I e II.

67. Jonas é empregado da sociedade empresária Ômega. Entendendo seu empregador por romper seu contrato de trabalho, optou por promover sua imediata demissão, com pagamento do aviso prévio na forma indenizada. Transcorridos 10 dias de pagamento das verbas rescisórias, Jonas se candidatou a dirigente do sindicato da sua categoria e foi eleito presidente na mesma data.

Sobre a hipótese apresentada, de acordo com o entendimento consolidado do TST, assinale a afirmativa correta.

- A) Jonas poderá ser desligado ao término do aviso prévio, pois não possui garantia no emprego.
- B) Jonas tem garantia no emprego por determinação legal, porque, pelo fato superveniente, o aviso prévio perde seu efeito.
- C) Jonas passou a ser portador de garantia no emprego, não podendo ter o contrato rompido.
- D) Jonas somente poderá ser dispensado se houver concordância do sindicato de classe obreiro.

68. Considere a notícia reproduzida a seguir:

"Goleiro Bruno, do Flamengo, é suspeito de crime em MG"

A Polícia Civil de Minas Gerais instaurou inquérito para apurar o desaparecimento de Eliza Samudio, de 25 anos, mãe de um menino de quatro meses que seria filho do goleiro do Flamengo, Bruno Fernandes. Conforme investigações preliminares da Delegacia de Homicídios de Contagem, a estudante estaria desaparecida há cerca de três semanas. A delegada Alessandra Wilke não descarta a hipótese de assassinato. Segundo ela, o goleiro será intimado a prestar depoimento nesta semana.

No fim da noite de sexta-feira, a mulher de Bruno, Dayane Souza, foi presa em flagrante sob a acusação de subtração de incapaz. O filho de Eliza estaria sob seus cuidados. Dayane já foi liberada.

O suposto filho de Bruno só foi localizado na madrugada deste sábado em Contagem, região metropolitana de Belo Horizonte. A delegada disse que "um conhecido (de Bruno) ficou encarregado de esconder essa criança". Segundo a delegada, "tanto Bruno quanto a sua mulher negavam saber do paradeiro do bebê" e "Eliza já havia prestado queixa contra Bruno por agressão". Fonte: ESTADÃO. Disponível em: <<http://www.estadao.com.br/noticias/esportes,goleiro-bruno-do-flamengo-e-suspeito-de-crime-em-mg,572590,0.htm>>.

CLT: "Art. 482 - Constituem justa causa para rescisão do contrato de trabalho pelo empregador:

- a) ato de improbidade;
- b) incontinência de conduta ou mau procedimento;
- c) negociação habitual por conta própria ou alheia sem permissão do empregador, e quando constituir ato de concorrência à empresa para a qual trabalha o empregado, ou for prejudicial ao serviço;
- d) condenação criminal do empregado, passada em julgado, caso não tenha havido suspensão da execução da pena;
- e) desídia no desempenho das respectivas funções;
- f) embriaguez habitual ou em serviço;
- g) violação de segredo da empresa;
- h) ato de indisciplina ou de insubordinação;
- i) abandono de emprego;
- j) ato lesivo da honra ou da boa fama praticado no serviço contra qualquer pessoa, ou ofensas físicas, nas mesmas condições, salvo em caso de legítima defesa, própria ou de outrem;
- k) ato lesivo da honra ou da boa fama ou ofensas físicas praticadas contra o empregador e superiores hierárquicos, salvo em caso de legítima defesa, própria ou de outrem;
- l) prática constante de jogos de azar."

Considerando as regras que envolvem a terminação do contrato de trabalho, julgue os itens a seguir:

I – O clube de futebol, tendo em vista a repercussão social do caso, poderia dispensar o atleta por justa causa, com fundamento na alínea "d" do art. 482 da CLT;

II – Só é possível a dispensa de empregado por condenação criminal nas hipóteses em que o fato objeto de punição esteja relacionado ao contrato de trabalho;

III – A prisão cautelar do goleiro Bruno pode ensejar a suspensão de seu contrato de trabalho;

IV – A falta prevista na alínea "d" do art. 482 da CLT justifica a terminação motivada do contrato de trabalho em virtude da impossibilidade da prestação de serviços, pelo obreiro. Logo, só é possível a incidência da hipótese normativa delineada na alínea "d" do artigo 482 da CLT caso o empregado tenha sido condenado, com sentença transitada em julgado, a pena privativa de liberdade e desde que não tenha sido beneficiado com a suspensão condicional da pena.

É correto o que se afirma somente em:

- a) I e II;
- b) I, II e III
- c) I, II e IV
- d) III e IV;

69. Analise as proposições abaixo:

I – é facultado aos sindicatos representativos de categorias profissionais celebrar Convenções Coletivas de Trabalho com uma ou mais empresas da correspondente categoria econômica;

II – as Convenções Coletivas de Trabalho são aplicadas às relações individuais de trabalho no âmbito da representação dos sindicatos convenientes;
 III – as normas coletivas são aplicadas apenas aos trabalhadores sindicalizados, membros da categoria profissional representada pelo sindicato obreiro, em respeito à liberdade de filiar ou desfiliar a sindicato, conforme consagrado pela Constituição da República;
 Assinale a alternativa CORRETA:

- a) todas as assertivas são corretas;
- b) apenas as assertivas II e III são corretas;
- c) apenas as assertivas I e III são incorretas;
- d) apenas a assertiva I é incorreta;

70. Os empregados da empresa Calçados Ribeiro Ltda. decidem entrar em greve para reivindicar aumento de salário. A greve foi deliberada e votada em assembleia convocada apenas para tal, tendo o empregador sido comunicado com 48 horas de antecedência acerca do movimento paredista. Durante a greve, de acordo com a Lei,

- A) os contratos de trabalho ficarão interrompidos.
- B) não há uma diretriz própria, na medida em que a Lei é omissa a respeito, cabendo ao Judiciário decidir.
- C) o empregador pode contratar imediatamente substitutos para o lugar dos grevistas.
- D) os contratos de trabalho ficarão suspensos.

Processo Penal

71. Alfa ofereceu, no prazo decadencial previsto em lei, representação em face de Beta, em razão de injúria consistente na utilização de elementos relativos à sua condição de portador de deficiência física, tais como “manco” e “aleijadinho”. Oferecida a denúncia, não houve possibilidade de composição, transação penal ou suspensão condicional do processo. Após algum tempo, em virtude da relação de amizade entre os filhos de Alfa e Beta, Alfa encaminhou ao juízo encarregado pedido de arquivamento do processo, pois perdera o interesse na persecução criminal. Na situação apresentada, o juiz deveria:

- A) julgar improcedente a ação penal e absolver o réu.
- B) extinguir o processo, sem julgamento de mérito, por falta de interesse de agir de Alfa.
- C) negar o pedido de Alfa, por ser irretratável a representação após o oferecimento da denúncia.
- D) declarar extinta a punibilidade, diante da retratação da representação por Alfa.

72. No dia 01/04/2014, Natália recebeu cinco facadas em seu abdômen, golpes estes que foram a causa eficiente de sua morte. Para investigar a autoria do delito, foi instaurado inquérito policial e foram realizadas diversas diligências, dentre as quais se destacam a oitiva dos familiares e amigos da vítima e exame pericial no local. Mesmo após todas essas medidas, não foi possível obter indícios suficientes de autoria, razão pela qual o inquérito policial foi arquivado pela autoridade judiciária por falta de justa causa, em 06/10/2014, após manifestação nesse sentido da autoridade policial e do Ministério Público. Ocorre que, em 05/01/2015, a mãe de Natália

encontrou, entre os bens da filha que ainda guardava, uma carta escrita por Bruno, exnamorado de Natália, em 30/03/2014, em que ele afirmava que ela teria 24 horas para retomar o relacionamento amoroso ou deveria arcar com as consequências. A referida carta foi encaminhada para a autoridade policial. Nesse caso,

- A) nada poderá ser feito, pois o arquivamento do inquérito policial fez coisa julgada material.
- B) a carta escrita por Bruno pode ser considerada prova nova e justificar o desarquivamento do inquérito pela autoridade competente.
- C) nada poderá ser feito, pois a carta escrita antes do arquivamento não pode ser considerada prova nova.
- D) pela falta de justa causa, o arquivamento poderia ter sido determinado diretamente pela autoridade policial, independentemente de manifestação do Ministério Público ou do juiz.

73. Durante 35 anos, Ricardo exerceu a função de juiz de direito junto ao Tribunal de Justiça de Minas Gerais. Contudo, no ano de 2012, decidiu se aposentar e passou a morar em Florianópolis, Santa Catarina. No dia 22/01/2015, travou uma discussão com seu vizinho e acabou por ser autor de um crime de lesão corporal seguida de morte, consumado na cidade em que reside. Oferecida a denúncia, de acordo com a jurisprudência majoritária dos Tribunais Superiores, será competente para julgar Ricardo

- A) o Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais.
- B) uma das Varas Criminais de Florianópolis.
- C) o Tribunal de Justiça de Santa Catarina.
- D) o Tribunal do Júri de Florianópolis.

74. Carlos foi indiciado pela prática de um crime de lesão corporal grave, que teria como vítima Jorge. Após o prazo de 30 dias, a autoridade policial elaborou relatório conclusivo e encaminhou o procedimento para o Ministério Público. O promotor com atribuição concluiu que não existiam indícios de autoria e materialidade, razão pela qual requereu o arquivamento. Inconformado com a manifestação, Jorge contratou advogado e propôs ação penal privada subsidiária da pública. Nesse caso, é correto afirmar que:

- A) caso a queixa seja recebida, o Ministério Público não poderá aditá-la ou interpor recurso no curso do processo.
- B) caso a queixa seja recebida, havendo negligência do querelante, deverá ser reconhecida a perempção.
- C) a queixa proposta deve ser rejeitada pelo magistrado, pois não houve inércia do Ministério Público.
- D) a queixa proposta deve ser rejeitada pelo magistrado, tendo em vista que o instituto da ação penal privada subsidiária da pública não foi recepcionado pela Constituição Federal.

75. O inquérito policial pode ser definido como um procedimento investigatório prévio, cuja principal finalidade é a obtenção de indícios para que o titular da ação penal possa propôr o suposto autor da infração penal. Sobre o tema, assinale a afirmativa correta.

- A) A exigência de indícios de autoria e materialidade para oferecimento de denúncia torna o inquérito policial um procedimento indispensável.
- B) O despacho que indeferir o requerimento de abertura de inquérito policial é irrecurável.
- C) O inquérito policial é inquisitivo, logo o defensor não poderá ter acesso aos elementos informativos que nele constem, ainda que já documentados.
- D) A autoridade policial, ainda que convencida da inexistência do crime, não poderá mandar arquivar os autos do inquérito já instaurado.

76. Juan da Silva foi autor de uma contravenção penal, em detrimento dos interesses da Caixa Econômica Federal, empresa pública. Praticou, ainda, outra contravenção em conexão, dessa vez em detrimento dos bens do Banco do Brasil, sociedade de economia mista. Dessa forma, para julgá-lo será competente

- A) a Justiça Estadual, pelas duas infrações.
- B) a Justiça Federal, no caso da contravenção praticada em detrimento da Caixa Econômica Federal, e Justiça Estadual, no caso da infração em detrimento do Banco do Brasil.
- C) a Justiça Federal, pelas duas infrações.
- D) a Justiça Federal, no caso de contravenção praticada em detrimento do Banco do Brasil, e Justiça Estadual pela infração em detrimento da Caixa Econômica Federal.

77. Wilson está sendo regularmente processado pela prática do crime de furto. Durante a instrução criminal, entretanto, as testemunhas foram uníssonas ao afirmar que, para a subtração, Wilson utilizou-se de grave ameaça, exercida por meio de uma faca. A partir do caso narrado, assinale a opção correta.

- A) A hipótese é de emendatio libelli e o juiz deve absolver o réu relativamente ao crime que lhe foi imputado.
- B) Não haverá necessidade de aditamento da inicial acusatória, haja vista o fato de que as alegações finais orais acontecem após a oitiva das testemunhas e, com isso, respeitam-se os princípios do contraditório e da ampla defesa.
- C) A hipótese é de mutatio libelli e, nos termos da lei, o Ministério Público deverá fazer o respectivo aditamento.
- D) Caso o magistrado entenda que deve ocorrer o aditamento da inicial acusatória, se o promotor de justiça e, recusar-se a fazê-lo, o juiz estará obrigado a absolver o réu da imputação que lhe foi originalmente atribuída.

78. Fábio, vítima de calúnia realizada por Renato e Abel, decide mover ação penal privada em face de ambos. Após o ajuizamento da ação, os autos são encaminhados ao Ministério Público, pois Fábio pretende desistir da ação penal privada movida apenas em face de Renato para prosseguir em face de Abel. Diante dos fatos narrados, assinale a opção correta.

- A) A ação penal privada é divisível; logo, Fábio poderá desistir da ação penal apenas em face de Renato.
- B) A ação penal privada é indivisível; logo, Fábio não poderá desistir da ação penal apenas em face de Renato.
- C) A ação penal privada é obrigatória, por conta do princípio da obrigatoriedade da ação penal.
- D) A ação penal privada é indisponível; logo, Fábio não poderá desistir da ação penal apenas em face de Renato.

79. João foi denunciado pela prática de crime de furto simples. Na denúncia, o Ministério Público apenas narrou que houve a subtração do cordão da vítima, indicando hora e local. Na audiência de instrução e julgamento, a vítima narrou que João empurrou-a em direção ao chão dizendo que se gritasse “o bicho ia pegar”, arrancando, em seguida, o seu cordão. Diante da narrativa da violência e da grave ameaça, o juiz fica convencido de que houve crime de roubo e não de furto. Sobre o caso apresentado, de acordo com o Código de Processo Penal, assinale a afirmativa correta.

- A) O juiz na sentença poderá condenar João pelo crime de roubo, com base no artigo 383 do CPP, que assim dispõe: “O juiz, sem modificar a descrição do fato contida na denúncia ou queixa, poderá atribuir-lhe definição jurídica diversa, ainda que, em consequência, tenha de aplicar pena mais grave”.
- B) Encerrada a instrução probatória, o Ministério Público deverá aditar a denúncia em 5 (cinco) dias. Se o Ministério Público ficar inerte, o juiz deve aplicar o artigo 28 do CPP.
- C) Encerrada a instrução probatória, o Ministério Público deverá aditar a denúncia em 5 (cinco) dias. Se o Ministério Público ficar inerte, o juiz poderá condenar João pelo crime de roubo, tendo em vista que a vítima narrou a agressão em juízo.
- D) O juiz poderá condenar João pelo crime de roubo, independentemente de qualquer providência, em homenagem ao princípio da verdade real.

80. Carolina, voltando do Paraguai com diversas mercadorias que configurariam o crime de contrabando, entra no país pela cidade de Foz do Iguaçu (PR). Em lá chegando, compra uma passagem de ônibus para a cidade de São Paulo e segue, posteriormente, para o Rio de Janeiro, sua cidade natal, quando é surpreendida por policiais federais que participavam de uma operação de rotina na rodoviária. Os policiais, então, apreendem as mercadorias e conduzem Carolina à Delegacia Policial. Na hipótese, assinale a alternativa que indica o órgão competente para proceder ao julgamento de Carolina.

- A) A Justiça Federal de Foz de Iguaçu.
- B) A Justiça Federal do Rio de Janeiro.
- C) A Justiça Federal de São Paulo.
- D) Qualquer das anteriores, independentemente da regra da prevenção